

DENGUE NO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL: LEVANTAMENTO DA MORBIDADE HOSPITALAR ENTRE 2014 E 2019

Ísis Feldens¹; EMANUELE FONSECA BARBOSA²; MARIA HELENA ROMANO SANTIN³; MARCOS MARREIRO VILLELA⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – isis.feldens@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – emanuelebarbosa12@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – mhelenasantin@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – marcos.villela@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

As doenças infecciosas são responsáveis pela morte de milhões de pessoas todos os anos, atingindo principalmente os países em desenvolvimento (MENDONÇA, VEIGA e DUTRA, 2009). Nesse contexto, dentre as doenças tropicais, a dengue tornou-se um problema de saúde pública, destacando-se a situação do Brasil, o qual apresenta números elevados de casos na maior parte do seu território, evidenciando uma doença endêmica (BARONI e OLIVEIRA, 2009).

Em relação ao Rio Grande do Sul, o primeiro registro autóctone de dengue ocorreu em abril de 2007 no município de Giruá, localizado na região noroeste do estado. Dessa forma, desde a notificação dos primeiros casos, iniciou-se o combate ao seu principal vetor, o díptero nematócero fêmea da espécie *Aedes aegypti* (BARONI e OLIVEIRA, 2009).

A dengue compreende uma doença infecciosa, que tem como agente etiológico um vírus de RNA da família Flaviviridae, e possui quatro sorotipos diferentes: DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4 (OMS, 2021).

Ademais, ressalta-se o aumento significativo e constante no número de casos de DENV que tem ocorrido nos últimos anos no Rio Grande do Sul (GREGIANINI et al., 2018).

Quanto aos sintomas da doença, a infecção caracterizada pela dengue clássica compreende um quadro febril agudo com duração de até sete dias e está associada a sintomas como cefaléia, dor retro-orbital, mialgia, artralgia, exantema, manifestações hemorrágicas leves e leucopenia. No entanto, a doença pode evoluir para a febre hemorrágica da dengue (FHD), na qual se constata o aumento da permeabilidade vascular, perda de plasma para o espaço intersticial, causando hemoconcentração, hipovolemia, além de manifestações hemorrágicas e trombocitopenia, podendo levar à morte (BARONI e OLIVEIRA, 2009).

Assim, ao associar o comprometimento que a dengue pode gerar ao organismo e a persistência do mosquito vetor no território gaúcho, justifica-se a premência em avaliar dados referentes ao acometimento da população, visando reforçar estratégias de combate e de prevenção. Com isso, e em consonância com demais estudos, pode-se revelar a importância da atuação de órgãos de saúde na promoção do debate sobre enfermidades como a dengue, a partir de campanhas educativas (SOUZA, GRALA E VILLELA, 2021).

Assim, o objetivo deste trabalho é realizar o levantamento da morbidade hospitalar entre os anos de 2014 a 2019, referente aos casos de dengue no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

2. METODOLOGIA

Este trabalho compreende um estudo transversal descritivo e retrospectivo com base na observação de casos de dengue no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, através da análise de dados da plataforma DATASUS/TABNET.

Foi analisada a variável morbidade entre as Macrorregiões de Saúde do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2014 e 2019, totalizando seis anos. As Macrorregiões de Saúde do Rio Grande do Sul são formadas por uma ou mais regiões de saúde e são assim dispostas a fim de uma melhor atenção em saúde à população, em todos os níveis, e compreendem a Região dos Vales, Sul, Serra, Norte, Missioneira, Metropolitana e Região Centro-Oeste.

O período analisado neste estudo foi dividido em 3 biênios, o 1º biênio correspondente ao intervalo de tempo entre janeiro de 2014 até dezembro de 2015, o 2º biênio entre janeiro de 2016 a dezembro de 2017 e, de mesmo modo, o 3º biênio, ao intervalo de tempo entre janeiro de 2018 à dezembro de 2019.

A escolha destes anos para a análise se deu devido a plataforma poder apresentar certa desatualização dos dados recentes por motivo de atraso no levantamento dos mesmos, ocasionado pela pandemia da COVID-19, e uma delonga normal de levantamento dos dados. Dessa forma, não foram analisados dados dos anos de 2020 e 2021.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A doença analisada neste estudo foi responsável por 593 casos de internações no Rio Grande do Sul entre 2014 a 2019. Destacando-se a macrorregião Missioneira como sendo a com maior número de casos (251 casos ou 42,3%).

Ao dividirmos o período analisado em 3 biênios, observamos os seguintes dados: 1º biênio (2014-2015) com 214 casos; 2º biênio (2016-2017) com 276 casos; e o 3º biênio (2018-2019), 103 casos.

No 1º biênio, conforme mostrado na Figura 1, percebe-se o predomínio da macrorregião missioneira, com 138 casos, totalizando 64% do total de internações do estado, neste período.

No 2º biênio, novamente houve destaque para a macrorregião missioneira, com 91 internações, seguida por 82 casos da macrorregião norte e 77 da região metropolitana. Com isso, verifica-se que estas três regiões representaram, aproximadamente, 92% do total de casos analisados neste biênio em todo o estado.

No 3º biênio, observa-se o predomínio da macrorregião metropolitana, com 39 casos de internações. No entanto, apesar de apresentar o maior número de casos neste período, apresentou uma queda de, em média, 49% de casos em relação ao biênio anterior. Ademais, deve-se ressaltar que o biênio 2018-2019 representou os menores números de internações por dengue clássica no estado, em comparação com todo o período estudado, o que pode ser decorrente das ações de controle levadas a cabo durante o período, menor circulação do vírus ou mesmo maior imunização das pessoas perante o sorotipo viral circulante, uma vez que Gregianini et al., 2018, verificaram que 97,5% dos casos de dengue que ocorreram no RS, entre 2014 e 2016, pertenciam ao sorotipo DENV -1.

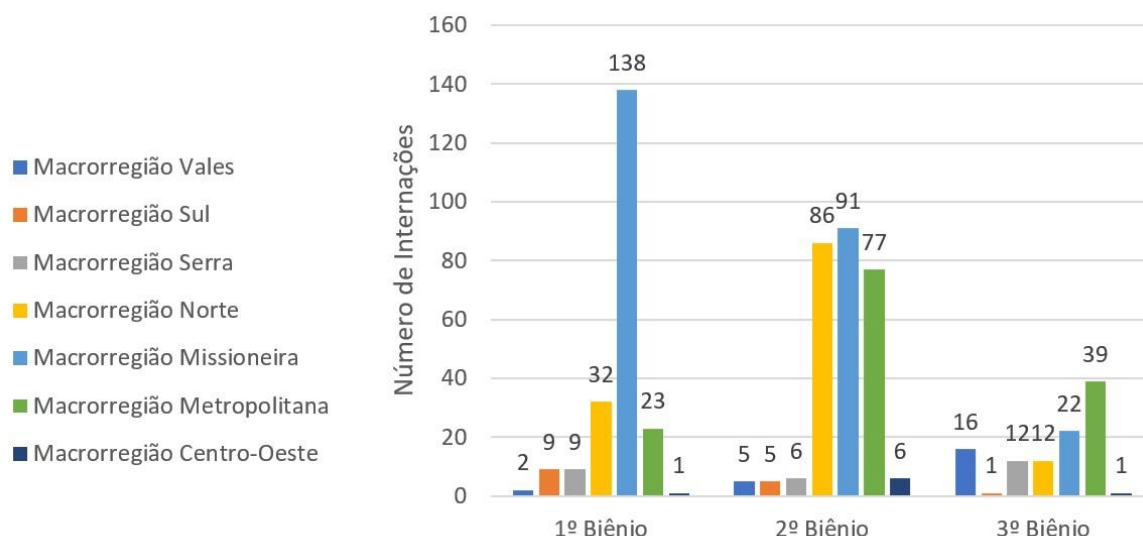


Figura 1 - Levantamento da Morbidade Hospitalar por Dengue entre as Macroregiões de Saúde do Rio Grande do Sul, Brasil, no período entre 2014 a 2019, separado em 3 biênios.

4. CONCLUSÕES

A dengue clássica apresentou o maior número de internações no 2º biênio (2016-2017) e uma redução significativa dos casos no 3º biênio (2018-2019). Apesar da possibilidade de haver falhas na mensuração destes dados, pode-se concluir que as medidas de combate à doença se mostraram eficazes nos períodos descritos. No entanto, ainda assim há a necessidade de elaboração e continuidade de programas de ações de saúde voltadas ao combate ao vetor da doença, a fêmea do mosquito *Aedes aegypti*, visto que diminuições nos casos da doença são possíveis com práticas simples, como a eliminação de criadouros do mosquito.

Portanto, é fundamental para a saúde pública a conscientização da importância desta doença, posto que há casos consideráveis no Rio Grande do Sul, sobretudo nas macroregiões Missioneira e Metropolitana. Posto isso, ressalta-se a importância da atuação do Ministério da Saúde, em conjunto com estados e municípios, promovendo ações de prevenção e combate à transmissão da dengue, além da capacitação dos profissionais que atuam na fiscalização e controle dos vetores.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARONI, C. J.; OLIVEIRA, T. B. Aspectos Epidemiológicos da Febre Clássica da Dengue, em Giruá - RS. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, p.289-293, 2009.

BRASIL. **Morbidade Hospitalar por Dengue entre as Macroregiões de Saúde do Rio Grande do Sul**. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), Brasília. Acessado em 04 ago. 2021. Online. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/nrrs.def>

GREGIANINI, T.S.; GIANNINI, G.L.T.; FAVRETO, C.; PLENTZ, L.C.; IKUTA, N.; VEIGA, A. B. G. Dengue no Rio Grande do Sul, Brasil: 2014 a 2016. **Reviews in medical virology**, v. 28, p. 01-08, 2018.

MENDONÇA, F.A.; VEIGA, S.; DUTRA, S.D. Saúde pública, urbanização e dengue no Brasil. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 21, n. 3, p. 257-269, 2009.

OMS. **Dengue**. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Acessado em 04 ago. 2021. Online. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/dengue>

SOUZA, C.B.; GRALA, A.P.; VILLELA, M.M. Óbitos por moléstias parasitárias negligenciadas no Brasil: doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose e dengue. **Brazilian Journal of Development, Curitiba**, v. 7, n. 1, p. 7718-7733, 2021.